

Reação descomedida -

1

HÁ CONSIDERÁVEL distância entre a decisão dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado de ocuparem uma cadeia nacional de emissoras de rádio e de TV em defesa da imagem do Congresso e o fato gerador dessa providência excepcional.

O MAU GOSTO do tratamento conferido pelo "Jornal de Brasília" ao caso do circo instalado na Praça dos Três Poderes não justifica absolutamente — dado o índice ínfimo de leitura do jornal e portanto o seu minúsculo alcance — a transformação da matéria de baixo teor numa crise de tamanhas proporções e sequer a perturbação do horário normal de lazer do povo através do rádio e da TV.

A RESPOSTA descomedida para o ato insignificante de irresponsabilidade jornalística e social só pode produzir o efeito de agravar os mal-entendidos em torno do assunto, acabando por envolver toda a imprensa brasileira na alegada campanha de "difamação e desmoralização do Congresso" quando as críticas ou invectivas realmente com esse caráter maligno se limitam a uns poucos focos.

AS NOTAS de protesto distribuídas em nome das Mesas da Câmara e do Senado por Ulysses Guimarães e José Fragelli contêm muitos conceitos corretos e indiscutíveis ao lado de outros que manifestam certa reação de tipo paranóico.

NINGUÉM nega, por exemplo, que o Congresso seja "a mais legítima expressão do mandato popular", "a cidadela da democracia", "o poder civil desarmado cuja força está no povo, na sua representatividade" etc. Mas o protesto da Mesa da Câmara, particularmente, já levanta a suspeita de "um plano adrede preparado para obscurecer os grandes escândalos do período autoritário e minar a resistência democrática do Parlamento". Os objetivos da maquinção diabólica iriam ainda mais longe, destinando-se também a "conter as reivindicações dos trabalhadores e do empresariado a serviço do desenvolvimento do País, impedir a devolução das prerrogativas, abalar o prestígio e

a força das Casas Legislativas, adiar ou impedir as grandes reformas que a Nação exige".

NESSES termos, a mesma imprensa que trouxe à luz "os escândalos do período autoritário", dando o maior destaque possível às respectivas investigações e clamando a cada passo pela punição dos culpados, aparece agora na condição de cúmplice "dos grandes corruptos deste País" e posta a seu serviço numa campanha abjetamente antidemocrática.

ORA, NÃO percamos o senso de equilíbrio. O Congresso tem uma alta destinação dentro do regime e da sociedade. Isso não exclui, porém, o seu dever de zelar pelo próprio prestígio, prevenindo ou neutralizando práticas internas de procedimento parlamentar incompatíveis com o papel e o decoro da instituição. Tampouco dispensa o Congresso de defender-se quando atacado injustamente, porém lhe cabe fazê-lo sem sair dos limites de suas atividades normais. Pronunciem-se as Mesas da Câmara e do Senado, pronunciem-se os líderes de bancada, manifestem-se individualmente os deputados e senadores. Não há razão, entretanto, para o estardalhaço compulsório diante dos milhões de brasileiros que procuram no rádio e na TV a oferta de entretenimento, de informação jornalística ou cultural, de serviço público etc.

O GLOBO sente-se à vontade no terreno dessa controvérsia, pois nos seus editoriais sempre buscou distinguir entre as críticas pertinentes e as despropositadas ao Congresso, advertindo por exemplo que "nada justifica submetê-lo a censuras por vezes equívocas, como fruto da desinformação, da má vontade sistemática e do preconceito autoritário". No editorial "O vazio do Congresso" (12/ 8) acentuávamos que "o plenário está longe de constituir todo o espaço da atividade legislativa e parlamentar. A Câmara e o Senado possuem as Comissões técnicas permanentes e aquelas especialmente criadas para o estudo e a investigação de matérias ou denúncias, onde também o representante do povo desenvolve as atribuições do seu mandato". E

mais: "É preciso reconhecer, por outro lado, que os congressistas têm contas a prestar ao seu eleitorado. As visitas às bases eleitorais tanto fazem parte de um ritual político de velha tradição como de uma responsabilidade democrática irrenunciável".

"NINGUÉM pode esperar e muito menos exigir do Presidente da Câmara — dizia o editorial "A crise do jeton" (23/ 8) — que obtenha da Mesa medidas anti-regimentais e inconstitucionais para resolver o problema da assiduidade dos parlamentares às sessões plenárias da Casa". Mais adiante: "O importante é dar às críticas a sua devida dimensão, evitando extrapolações que acabem atingindo a generalidade do foro parlamentar e dos seus membros. Afinal, numerosos setores da administração federal já se deixaram envolver em escândalos clamorosos e nem por isso terá passado pela cabeça de qualquer pessoa a idéia de desmoralizar e destruir o Poder Executivo como instituição".

REPETIMOS aqui a tese de que cumpre ao Congresso sentir-se tão permanentemente seguro na vida do País, apesar das acusações ao seu comportamento, quanto se sente o Governo federal diante dos petardos que recebe da Oposição e outras fontes de julgamento público.

EM SUA CARREIRA de líder oposicionista o Deputado Ulysses Guimarães não era de estabelecer limitações para a retórica dos combates em que se empenhava. Hoje ele ainda entende a crítica como parte integrante da estrutura democrática, porém considera "inadmissível que se desnature em investida temerária contra os cidadãos e suas instituições representativas".

O PRESIDENTE da Câmara corrreu os rumos de sua retórica. Falta-lhe agora fugir à tentação de radicalizar em sentido inverso. A foto maliciosamente legendada de um jornal pouco lido, que teria passado despercebida da opinião pública brasileira, só afeta o conceito de quem prestou tal desserviço, jamais os suportes da instituição que é a viga-mestra do sistema democrático.